



Ata de julgamento e decisão do recurso administrativo e contrarrazões das empresas **OLÍMPICA DOS LAGOS EMPREENDIMENTO COMERCIAL EIRELI** e **MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA**.

Processo nº 5.363/2019 - Concorrência de nº 010/2019

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 11:00 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão de Licitação sob a Presidência da Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Jaqueline Gouveia da Silva, Flavio Fernandes José da Silva, Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira e Ricardo Sodré Aguiar nomeados através da Portaria nº 542 de 11 de julho de 2019, para análise dos recursos administrativos e contrarrazões das empresas **OLÍMPICA DOS LAGOS EMPREENDIMENTO COMERCIAL EIRELI** e **MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA**. A empresa **MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA** apresentou recurso sob protocolo nº. 12796/19, em síntese alegou o seguinte: que a **OLÍMPICA** não atendeu os itens 10.6, “c”; do item 10.2 e 11.6. Ainda apresentou declaração vencida do Poder Judiciário. E não atendeu o item 11.8.1 do edital. No pedido pelo provimento do recurso e que seja julgada inabilitada a recorrida **OLÍMPICA** para seguir no certame. A empresa **OLÍMPICA** se manifestou em contrarrazões sob protocolo nº. 13196/19, alegando que atendeu a exigência através do CAT – Certidão de Acervo Técnico a qual se encontra devidamente registrada na entidade profissional, atendendo assim, o item 10.6 “c” do edital. Prossegue indicando que possui profissional detentor de Atestado de capacidade Técnica, atendendo o item 10.2 do edital, atendendo ainda o item 11.6 do edital visto que o prazo de validade na Certidão é de 3(três) meses e não de 90(noventa) dias. Atendi o item 11.8.1 do edital através do anexo VIII juntado pela empresa. Em prosseguimento, a empresa **OLÍMPICA DOS LAGOS EMPREENDIMENTO COMERCIAL EIRELI** apresentou recurso sob protocolo de nº. 12909/19 em face da empresa **MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA** QUE SE MANIFESTOU EM Contrarrazões sob protocolo nº. 13228/19. A empresa **OLÍMPICA** em síntese alega que a empresa **MATTER** não atendeu os itens 10.2 e 10.3 alegando não autenticação dos documentos. Alega ainda, que não atendeu o item 11.1 e 11.2 e 11.3 do edital, qual sejam, de que o Balanço apresentado não se traduz nos índices de liquidez geral da empresa. Prossegue alegando que não atendeu o item 11.5 e 11.6 do edital, deixando de apresentar Certidões do 5º e ao 9º Ofício de Distribuição da Capital, e ao final requer a inabilitação da empresa **MATTER**. Em suas Contrarrazões a **MATTER** se manifestou alegando que os contratos foram todos autenticados. Alega ainda, ref. ao descumprimento do item 11.3, que nenhuma empresa pode ser impedida de participar se sua existência é inferior a 1ano, e que atendeu a regularidade econômica com o balanço de Abertura e da comprovação do capital social mínimo, e que seria ilegal exigir as demonstrações indicadas nos recursos. Em ref. aos itens 11.5 e 11.6 do edital alega a **MATTER** não ser necessária pela distribuição de falências e concordatas na comarca. Ao final alega ter atendido todos os itens do edital, requerendo seja mantida a habilitação **MATTER** e requer a inabilitação da **OLÍMPICA**. Visto e examinados os recursos e suas contrarrazões a CPL, entende que em suas manifestações as empresas não conseguiram alcançar seus propósitos qual seja de inabilitação da sua concorrente. Em caso específico, todas foram habilitadas pela Secretaria de Obras e Urbanismo em suas análises técnicas. Na parte de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, a CPL em consulta técnica para analisar o contrato social e o balanço apresentado pela **MATTER** não se traduziu no atendimento do item 11.4. (11.4 - Comprovação de possuir patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado para esta licitação.), em sendo o valor estimado da contratação de R\$ 5.012.238,89, o valor de capital mínimo seria de R\$ 250.611,94, o que não se identifica no balanço, mas somente a importância de R\$ 49.777,00, na conta Circulante e Disponível. Ao declarar em seu contrato social o capital de 7.000.000,00 (sete milhões) em moeda corrente do País, “totalmente subscrito e integralizado”, não se encontra tal situação em seu Balanço Patrimonial. Logo não se identifica o capital mínimo de R\$ 250.611,94 atendido pela empresa. Por tudo isto, a CPL entende que razão assiste a empresa **OLÍMPICA** ao requerer a inabilitação da empresa **MATTER** pelo não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



atendimento 11.1, 11.2 e 11.3, bem como, a CPL, entende pelo não atendimento do item 11.4 do edital, por ausência de capital mínimo exigido no edital. Neste consequente, decide a CPL, pelo não acolhimento do recurso apresentado pela empresa **MATTER** em face da empresa **OLÍMPICA**, e acolhendo parcialmente o recurso apresentado pela empresa **OLÍMPICA** pela inabilitação da empresa **MATTER**, conforme acima exposto. Em prosseguimento, **DECIDE a CPL**, pela **HABILITAÇÃO** da empresa **OLÍMPICA DOS LAGOS EMPREENDIMENTO COMERCIAL EIRELI**, e por consequência a continuidade de sua participação no certame, e pela **INABILITAÇÃO** da empresa **MATTER EMPREENDIMENTOS LTDA**, pelo não atendimento dos itens **11.1, 11.2 e 11.3, e 11.4** do edital. Encaminhe a PGM para ciência e emissão de parecer jurídico. Não havendo mais nada a acrescentar foi encerrada a sessão às 12:30 horas, da qual eu, Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Samuel Aranda Neto
Presidente da Comissão de Licitação

Jaqueline Gouveia da Silva
membro

Ricardo Sodré Aguiar
membro

Flavio Fernandes José da Silva
Membro

Guilherme Vinícius e Castro S. da Silveira
membro